

spn
INFORMAÇÃO

SEREMOS O QUE FIZERMOS PARA MUDAR O QUE SOMOS

Eduardo Galeano, O livro dos abraços



O 25 de abril máis presente ca nunca

Portugal vén de conmemorar os 38 anos da Revolución dos Cravos, cando o Movemento das Forzas Armadas e o pobo saíron á rúa un 25 de abril de 1974 para derrubar a ditadura fascista máis lonxeira de Europa dirixida naquel momento por Marcelo Caetano.

Ao longo destes anos a conmemoración tivo os seus altos e baixos relacionados co nivel de tensión e reivindicación política e social existente no país en cada momento, e fronte ás diversas tentativas de baleirar de contido político o Día da Liberdade as conmemoracións populares sempre tentaron nas súas actividades manter viva a memoria do feito histórico trascendental que supuxo o derrubamento da ditadura e a conquista das liberdades, unha conquista que non foi froito da decisión adoptada un día por un amplo grupo de oficiais senón que ese foi o último chanzo dun longo camiño cheo de episodios de heroísmo protagonizados por homes e mulleres, moitas veces anónimos, que en 48 anos de ditadura nunca deixaron de loitar polos seus dereitos.

Pero este 25 de abril de 2012 é diferente dado que esa liberdade é vista polos portugueses como menor da que tiñan en 2011 ou en 2010, pois Portugal leva xa algo máis dun ano coa bota da ditadura tentando de novo aplastar ao pobo. Hai quen pode considerar esaxerada a comparación entre o fascismo do Estado Novo dos tempos de Salazar e Caetano e a troika formada pola Unión Europea o Banco Central Europeo e o Fondo Monetario Internacional, pero á hora da verdade a situación actual de Portugal en moitos aspectos aseméllase máis á que tiña o país antes de que ás 0h20 da madrugada do día 25 de abril de 1974 Grândola, Vila Morena soara no programa Limite da Rádio Renascença como sinal do inicio do operativo militar deseñado polo Movemento das Forzas Armadas que á situación dunha democracia do século XXI. Non poder decidir sobre a súa economía, degradación progresiva das condicións de traballo, eliminación de dereitos sociais ou empobrecemento xeralizado nunha sociedade que estruturalmente sempre tivo unhas diferenzas sociais moi acusadas son só algúns exemplos do que está a acontecer hoxe alén Miño.

Pero sendo difícil a situación o pobo portugués está a amosar unha forte capacidade de resistencia confiante en que se hai 48 anos foi quen de abrir a porta á liberdade tamén desta vez a loita pode facer mudar a situación para mellor. O lema das conmemoracións populares do 25 de abril 2012 no Porto amosa a confianza en que van ser quen de facelo: *Confiança na Luta: Liberdade, Direitos e Soberania Nacional. Das lutas nascerão de novo os dias transformando tristeza em alegrias.*

Duarte Correa

Confederação Intersindical Galega / Ensino

[texto publicado originalmente em www.sermsgaliza.com]

spn
INFORMAÇÃO

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico istoé · **Foto Capa** Ana Alvim · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

Nos últimos dias, muito se tem dito sobre a(s) crise(s) que o país atravessa, em contraponto com os valores e ideais de Abril: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça social, desenvolvimento, democracia. Democracia que não pode restringir-se à garantia da liberdade de expressão, de associação e de eleição dos representantes, mas que tem de garantir também direitos fundamentais, como condição para assunção plena dessa liberdade. Direitos que o Estado deve assegurar, através da distribuição e da regulação, reforçando a coesão e a justiça social. Ora, a atual realidade portuguesa está nos antípodas deste designio: 38 anos depois de Abril, Portugal é o país da União Europeia com o maior fosso entre ricos e pobres – fosso que os sucessivos planos de austeridade têm vindo a aprofundar, atingindo duramente a classe média e agravando brutalmente o desemprego, que oficialmente já atinge 15% da população ativa e 35,4% dos jovens. Um milhão de idosos vive com pensões abaixo dos 300 euros e o salário mínimo nacional é o mais baixo da zona euro, com um valor bruto de 475 euros, abaixo do limiar da pobreza. Nas palavras de Mia Couto, “os ricos enriquecem, os pobres empobrecem... os remediados vão ficando sem remédio”.

Neste contexto, tão ou mais preocupante que as medidas impostas pela *troika*, é a defesa que os governantes fazem do caminho de empobrecimento e das reformas que, dizem, em qualquer caso teriam de ser feitas.

É cada vez mais notório – em Portugal, na Grécia, em Espanha e em tantos outros países – que a crise está a ser aproveitada pelos governos para, sob pressão dos grandes grupos económicos e financeiros, levar a cabo um intenso processo reformador de carácter neoliberal. De facto, as medidas de austeridade mais não fazem do que traduzir princípios económicos e políticos neoliberais: diminuição das funções sociais do Estado, liberalização das relações laborais, retração dos direitos do trabalho, privatizações, enfraquecimento do Estado Social... Toda uma agenda que tem vindo a fazer caminho desde os anos 80 e que ganha agora grande aceleração, a pretexto da crise e, alegadamente, como forma de lhe responder.



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

Combater a desigualdade e a inevitabilidade para resgatar Abril

A alteração da legislação do trabalho é disso um bom exemplo. Como alguns investigadores têm sublinhado, o que está em causa não é uma questão económica, mas de poder. O ataque à negociação coletiva e a alteração de um dos princípios fundamentais – a proteção da parte mais débil – pretende alterar a relação de forças, nas empresas e na sociedade.

Contrariando a ideia da inevitabilidade, vários economistas têm demonstrado que a austeridade é uma opção política e não uma necessidade económica e técnica. Impõe-se, por isso, um debate aprofundado sobre as perspetivas ideológicas em confronto, o sentido dos sacrifícios que estamos a fazer, o futuro que queremos para o país. Este é um debate político decisivo nos dias que correm.

As portas que Abril abriu nas áreas da educação e dos direitos sindicais são lembradas na separata (coleccionável) desta edição – a segunda, de seis, em que revisitamos os 30 anos do SPN. Este olhar retrospectivo sobre o muito que se conseguiu é importante para tornar mais presente um passado a que não podemos nem queremos voltar, nomeadamente na área da educação.

Por razões de equidade e justiça social, a Escola Pública é essencial à democracia. Não pode estar sujeita a cortes orçamentais cegos nem ser desqualificada numa concorrência desleal com o ensino privado. As medidas que o MEC tem vindo a tomar nos vários setores de ensino, incluindo o Superior, visam fundamentalmente tornar o sistema público mais barato; vão ter um forte impacto na redução do emprego docente e, inevitavelmente, na qualidade do ensino.

Como diz uma campanha promovida em Espanha, *Con la educación y la sanidad no se juega*. E é isso que muitos outros cidadãos europeus reafirmarão também em Frankfurt (17 a 19 de maio), quando – respondendo ao apelo do movimento *Blockupy Frankfurt* – bloquearem o Banco Central Europeu e o centro bancário da cidade e se manifestarem contra as imposições da *troika* e o domínio dos mercados financeiros e em defesa de uma Europa democrática e social.

Este é um combate que vale a pena travar. Em Espanha, na Alemanha ou em Portugal. Em unidade com outros atores e movimentos sociais, aquém e além-fronteiras, reforçando uma resposta global a um ataque que também é global. Combatendo desigualdades e inevitabilidades para resgatar Abril.

Dos nossos medos nascem as nossas coragens
e nas nossas dúvidas vivem as nossas certezas.
Os sonhos anunciam outra realidade possível
e os delírios outra razão.

Nos descaminhos esperam-nos descobertas,
porque é preciso perdermo-nos para nos reencontrarmos.

Eduardo Galeano
jornalista/escritor uruguaio





fotos: Henrique Borges

Professores ganharam com exigência da Fenprof



Ana Alvim

Na última SPN-INFORMAÇÃO, demos nota do desenvolvimento do processo negocial relativo à futura regulamentação dos concursos docentes e do encerramento do mesmo sem que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e o Ministério da Educação e Ciência (MEC) tivessem chegado a um acordo sobre a matéria. Elencámos, também, as principais divergências que determinaram essa decisão e que levaram a Fenprof a requerer a negociação suplementar, uma vez que discordava de muitos aspetos do projeto apresentado – muitos deles de fundo – e que não foram considerados suficientemente importantes para impedir que algumas organizações, em total desrespeito por aqueles que representam, tivessem assinado esse acordo. Entre essas matérias mais significativas que inviabilizaram o acordo da Fenprof, refiram-se a ausência de quaisquer mecanismos de vinculação, os requisitos para integração de docentes na 1ª prioridade, a periodicidade quadrienal do concurso para lugares de quadro, a insistência na renovação de contratações (para mais, alargada à contratação de escola), a inclusão de entrevista como critério de seleção, bem como a manutenção de alguma desigualdade na candidatura dos docentes das Regiões Autónomas.

Mas a opção da Fenprof em solicitar a negociação suplementar deveu-se menos ao afastamento de posições em matérias fulcrais, relativamente às quais não se perspectivavam grandes hipóteses de mudança nas posições do MEC, e mais com a possibilidade bem mais real de clarificar e alterar alguns aspetos não propriamente fraturantes, mas, ainda assim, de significativa importância para os educadores e professores, de modo a que se pudesse chegar à aprovação de um diploma de concursos que fosse simultaneamente mais ao encontro das aspirações dos docentes e do interesse das escolas e da educação, tentando, portanto, alterar positivamente o que outros, precipitadamente, haviam acordado.

De entre esses aspetos que se conseguiu alterar e/ou clarificar, avultam os seguintes:

- no nº 3 do artigo 9º, uma correção ao texto que salvaguarda que docentes não

colocados em “DACL” que transitam para “reserva de recrutamento” se mantêm candidatos apenas às preferências antes manifestadas, e não a dois QZP, como se podia depreender do texto inicial;

- no artigo 9º, a eliminação de uma contradição entre os nºs 4 e 7, clarificando-se que os docentes de QZP não terão de se candidatar a todas as escolas e agrupamentos de dois QZP, mas apenas ao seu e, no mínimo, a um código de escola ou de agrupamento de outro QZP;

- na aplicação à contratação do nº 10 do artigo 9º, ficou garantido que os candidatos poderão voltar a optar por se candidatar, simultaneamente, a horários anuais e anuais/temporários, podendo repetir os códigos – esta possibilidade evitará situações que penalizam docentes mais graduados, que, não arriscando a concorrer a horários temporários, acabavam por ficar desempregados, ou, tendo de concorrer simultaneamente a anuais/temporários, não tenham garantida a colocação prioritária em “anuais”.

- no nº 4 do artigo 10º, relativamente às condições de acesso à 1ª prioridade, a nova redação a que Fenprof e MEC chegaram deixa claro que, mesmo que não estejam colocados, os docentes do ensino público integram a 1ª prioridade, desde que tenham lecionado no ensino público num dos dois anos anteriores ao concurso.

- por último, registe-se o facto de o MEC ter aceiteado a proposta da Fenprof quanto à graduação dos docentes candidatos aos grupos de Educação Especial, assumindo que a especialização corresponderá à aquisição de habilitação profissional – assim, a classificação obtida na especialização será considerada a classificação profissional e o tempo cumprido antes e/ou depois dessa profissionalização (independentemente do grupo de recrutamento em que tenha sido cumprido) será considerado nos termos das regras gerais aplicáveis aos docentes dos restantes grupos de recrutamento.

Compromissos assumidos pelo MEC

Relativamente a algumas outras matérias que não constam do diploma a publicar, foi relevante a assunção de alguns compromissos por parte do MEC. É o caso da consideração da avaliação do desempenho para efeitos de concurso [artigo 11º nº 1 - c)], que, embora a Fenprof discorde do princípio, se assumia como um problema ainda maior se não houvesse garantias de equidade na aplicação da bonificação, considerando indispensável, então, que outras avaliações passem a ser reconhecidas, como é o caso da avaliação dos docentes das regiões autónomas, dos colocados em IPSS ou instituições dependentes de outros ministérios – o ministério assumiu esse compromisso, que ficará registado em ata negocial, tendo garantido estar praticamente concluído o suporte legal para essa consideração mais abrangente.

Foi ainda clarificado que, transitoriamente, e até à

obtenção de nova avaliação, os docentes contratados que haviam obtido a menção “Excelente” têm direito à mesma bonificação de um valor dos colegas que tenham obtido as menções “Bom” ou “Muito Bom” – note-se que esta bonificação na graduação devida à avaliação do desempenho só se aplicará a partir do concurso de 2013, e não no deste ano.

Outra matéria importante foi a clarificação de que o quadro legal que substituirá o atual modelo de “destacamento por condições específicas” terá aplicação já este ano e mantém os requisitos para o benefício deste destacamento.

Uma reivindicação em que a Fenprof insistiu, e que assume importância reforçada quando está em marcha acelerada o processo de agregação de escolas e agrupamentos, foi a da graduação profissional como critério para a afetação de docentes aos estabelecimentos de cada agrupamento. Esta solução, embora não tenha ficado garantida, foi admitida pelo MEC como possibilidade, no quadro da publicação do futuro despacho sobre a organização do ano escolar.

Foi também admitida a possibilidade de compatibilizar as especificidades dos grupos de recrutamento da Educação Especial, tendo em conta as diferenças existentes entre as regiões autónomas e o continente, permitindo, em igualdade de circunstâncias, a candidatura destes docentes aos concursos nacionais, estando o MEC a desenvolver trabalho nesse sentido, em conjunto com as respetivas direções regionais.

Depressa e bem, há pouco quem...

Estando o resultado final longe de corresponder às posições defendidas pela Fenprof e ao desejado pelos educadores e professores – daí a ausência de acordo final –, a verdade é que o recurso forçado pela Fenprof ao processo de negociação suplementar provou ser útil e contribuiu para que as soluções finais adotadas sejam, em vários aspetos de significativa importância, melhores e mais claras do que as constantes do acordo a que algumas associações que ousam dizer-se sindicais apressadamente chegaram.

A Fenprof e os seus sindicatos cumpriram o papel que, legitimamente, os professores esperavam deles, tentando até ao limite lutar por uma regulamentação de concursos o melhor possível, mesmo sabendo que em matérias-chave o afastamento de posições não permitiria um acordo global.

Quanto à atitude de outros, cabe aos professores julgá-la, e decerto o saberão fazer...

Nota: Nos complementos *on line* desta edição (www.spn.pt), estão disponíveis:

- Quadro comparativo entre o projeto do MEC e as contrapropostas da FENPROF

- Propostas da FENPROF e solução final negocial

- Versão final do projeto do MEC

- Calendário do concurso de 2012 e demais informações

Mega-agrupamentos: a “poupança” na rede escolar

As medidas que estão a ser implementadas na constituição de mega-agrupamentos obedecem apenas a critérios de ordem financeira e administrativa. O SPN reafirma a discordância deste tipo de reordenamento da rede escolar, que não tem em conta a vontade das comunidades educativas e origina as maiores dificuldades à prestação de respostas educativas públicas e à organização pedagógica das escolas.



No ano letivo anterior, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) procedeu a uma avaliação do processo de constituição de mega-agrupamentos. Amplamente divulgados, os resultados do estudo realizado mostram, inequivocamente, a monstruosidade da vontade da Administração, que só pode ser entendida como um plano para “a poupança”. Mas quem poupa na Educação adia o futuro e compromete gerações.

A abstrusa realidade mostra a gravidade dos factos e a impossibilidade de implementar projetos sérios, estruturados e fiáveis; mostra, ainda, a impossibilidade de uma coordenação eficaz, de uma vivência partilhada, da consecução de objetivos coletivos, da resolução de problemas da comunidade educativa. Denota, em suma, a falência do papel da Escola.

Como exemplo do desequilíbrio e do desvario da Administração, chamamos a atenção para a espantosa visão da Direção Regional de Educação do Norte para a agregação de escolas e agrupamentos no concelho do Porto. Da mesma forma, reproduzimos o posicionamento de comunidades educativas, através de conselhos gerais ou municipais de educação [pág. seguinte].

SPN no terreno

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) defende que os docentes, e as comunidades educativas em geral, devem analisar, debater, ponderar, decidir e explicitar, de forma clara e frontal, a sua vontade relativamente à criação de mega-agrupamentos. Neste sentido, reitera que as comunidades educativas (através dos conselhos gerais) e os professores (departamentos, conselhos pedagógicos, reuniões informais) combatam as arbitrariedades da Administração, disponibilizando-se para apoiar todos os intervenientes, quer através de reuniões, esclarecimentos ou fornecimento de dados, quer ao nível de contencioso, para que, num processo participado, as comunidades educativas façam prevalecer a sua vontade.

Nesta perspetiva, tem promovido várias reuniões com professores, diretores, presidentes de conselhos gerais, vereadores e mesmo com o diretor regional da Educação, insistindo na necessidade do envolvimento das escolas neste processo.

Proposta original de agregação para o concelho do Porto

Designação	Nº Alunos
Esc. Sec. Alexandre Herculano	(902)
EB2,3 Pires de Lima	(1311)
EB2,3 Ramalho Ortigão - TEIP	(1105)
Esc. Sec. Carolina Michaelis	(1009)
EB2,3 Irene Lisboa	(1173)
EB2,3 Maria Lamas	(865)
EB/Sec. Fontes Pereira de Melo	(1077)
EB2,3 Manoel de Oliveira	(1323)
EB2,3 do Viso - TEIP	(1137)
EB/Sec. Cerco do Porto* - TEIP	(2049)
EB2,3 Cerco do Porto*	(1060)
EB2,3 Nicolau Nasoni	(1060)
Esc. Sec. António Nobre*	(1234)
EB2,3 da Areosa*	(1307)
EB2,3 Eugénio de Andrade	(1307)
Esc. Sec. Filipa de Vilhena	(1082)
EB2,3 Pêro Vaz de Caminha - TEIP	(1064)
EB/Sec. Aurélia de Sousa	(1088)
EB2,3 Augusto Gil	(1423)
EB/Sec. Clara de Resende	(1277)
EB1 João de Deus	(2/3 turmas)
Escola 2,3 Dr. Leonardo Coimbra Filho - TEIP	(802)
Esc. Sec. Garcia de Orta	(1059)
EB2,3 Francisco Torrinha	(1945)
Esc. Sec. Infante D. Henrique*	(1059)
EB2,3 Gomes Teixeira*	(1945)
Esc. Sec. Rodrigues de Freitas* - TEIP	(1059)
Escola 2,3 de Miragaia*	(1945)

[* já anteriormente agrupadas]

Gondomar recomenda outra regulação política

Face à proposta de agregação de escolas e agrupamentos de Gondomar apresentada pela DREN, o Conselho Municipal de Educação (CME) considera que:

i) a metodologia adotada merece congratulação, uma vez que potenciou a participação cidadã e pode induzir à adoção de soluções educacionalmente mais coerentes e eficazes;

ii) a proposta deve considerar a existência de um Projeto Educativo Municipal (PEM) amplamente participado, e com largo apoio social e político, devendo ser o principal regulador de fluxos e articulador de sequências educativas;

iii) a agregação será provavelmente uma má solução política e educativa, trazendo graves problemas à organização do ensino e às aprendizagens dos alunos e podendo gerar efeitos de desagregação e desarticulação difíceis de superar;

iv) as lideranças instrucionais e transformacionais perdem condições de exercício e tendem a transformar-se em mera gestão burocrática de estruturas;

v) a comunicação intra-agrupamentos, sendo um ponto crítico que limitava fortemente a coerência e a coesão na ação, vai transformar-se num problema maior e as articulações verticais e horizontais serão muito mais difíceis;

vi) a necessidade de missões e visões comuns em cada organização, construídas e partilhadas pelo maior número possível de atores, já tendencialmente inexistente, vai transformar-se em algo problemático;

vii) os climas de escola – centrais na promoção das aprendizagens – são seriamente danificados com este processo;

viii) a monitorização e autoavaliação dos processos e resultados educativos – um dos maiores pontos críticos identificados pela Inspeção-Geral da Educação – vão ser mais fragilizadas, perdendo-se a esperança de colocar a autoavaliação ao serviço da melhoria das organizações;

ix) o trabalho colaborativo, designadamente nos departamentos, tende a ser impossível com as mega-estruturas entretanto fundidas;

x) as relações entre os membros da organização são seriamente afetadas, sendo provável que se crie um *ethos* destrutivo e nefasto;

xi) a concentração e hierarquização do poder tendem a ser fatores de perda, de ameaça ao *empowerment*, de reforço das tendências centrífugas e anárquicas, sendo expectável a ingovernabilidade das mega-organizações;

xii) as ligações escola-família – outro fator crítico – nada ganham, podendo, pelo contrário, dificultar, ou impedir, a comunicação com a direção do agrupamento;

xiii) a coexistência de culturas profissionais em conflito de visões e perceções pode transformar a escola num campo ainda mais balcanizado e numa arena política ainda mais destrutiva;

xiv) a ideia sedutora do reforço do controlo central pela redução das unidades orgânicas é provavelmente uma utopia, pois esse virtual aumento gera perda do controlo intraorganizacional; o descontrolo da ação educativa tenderá a ser generalizado, já que o comando e o controlo burocráticos são manifestamente ineficazes, dado o poder real dos atores (nomeadamente professores e alunos).

Assim, o CME/Gondomar não descortina razões (políticas, pedagógicas, organizacionais, económicas) que fundamentem um novo mapeamento. Entende, por outro lado, que o PEM pode ser mais eficaz na gestão das articulações verticais e horizontais e dá mais garantias de elevação da qualidade das aprendizagens. Recomenda, por isso, que a administração educativa:

a) reconheça o PEM como principal instrumento de regulação da ação educativa municipal;

b) considere as agregações como disposição supletiva a consagrar se houver manifesta concordância das partes envolvidas.

*Adaptado do parecer emitido pelo
CME/Gondomar em 02.04.2012*

CGs de Gaia indignados com DREN

“Os Presidentes dos Conselhos Gerais das Escolas Agrupadas e Não Agrupadas do concelho de Vila Nova de Gaia [23] manifestam publicamente a sua indignação pelo não cumprimento da legislação em vigor, quanto à consulta prévia obrigatória sobre a constituição dos novos agrupamentos no seu concelho.

[...]

Como é da legislação em vigor, e principalmente segundo o Despacho nº 4463/2011, de 11 de março de 2011, as propostas de agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas devem ser precedidos de consulta aos conselhos gerais dos agrupamentos e escolas e aos municípios respetivos, os quais devem pronunciar-se, no prazo máximo de 10 dias.

Assim, queremos alertar publicamente para os seguintes factos:

1. Desde janeiro do corrente ano, conhecedores das intenções e preocupados com a forma da possível evolução na agregação de escolas, [solicitamos] por diversas vezes, formal e informalmente, ao Diretor Regional da DREN, Dr. João Grancho, o agendamento de reuniões para tratar deste assunto, no sentido de se preparar antecipadamente todo este processo e tentar encontrar a melhor solução possível. A todas estas solicitações a resposta foi sempre nula.

2. Neste momento temos conhecimento público que a DREN, após auscultação do Município de Vila Nova de Gaia, deu conhecimento aos Diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho de Vila Nova de Gaia de uma proposta de Agregação para as Escolas deste Concelho.

3. Assim constata-se que há, de facto, um processo a decorrer sem a audição prévia dos Conselhos Gerais, em clara inobservância da lei, uma vez que não existiu, até ao momento, nenhuma diligência por parte da DREN no sentido da auscultação dos Conselhos Gerais sobre este assunto, não parecendo também haver intenção de que tal facto venha a acontecer.

[...]

Pelo exposto, e constatando-se o incumprimento da lei na questão da auscultação formal dos Conselhos Gerais – órgão que representa toda a Comunidade Educativa [...] – de Vila Nova de Gaia neste processo, os Presidentes dos Conselhos Gerais [...] ontem reunidos decidiram, face à ausência total de respostas, não só denunciar publicamente esta situação, como mostrar também a sua indignação pública pelo facto de, até à data, não terem sido envolvidos num processo tão importante e decisivo na educação dos nossos alunos, como é a possibilidade de agregação de escolas do nosso concelho, isto apesar de o termos solicitado por diversas vezes”.

Avelino Azevedo e António César Viegas

*(representantes dos presidentes dos CGs,
comunicado em 30.03.2012)*

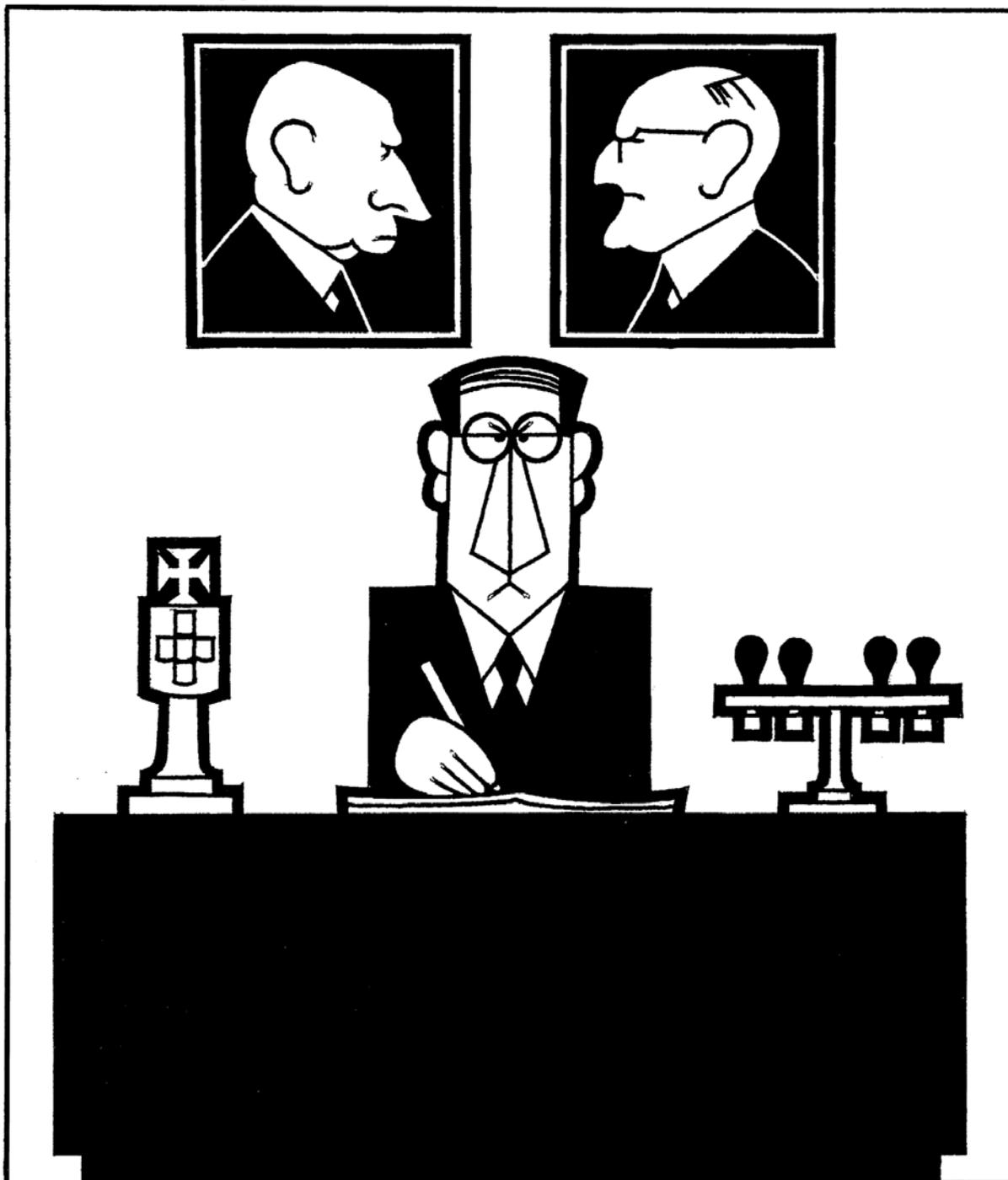
Os membros do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Júlio Dinis (em Grijó, Gaia) manifestam “total desacordo, desagrado e preocupação face à proposta de fusão com a Escola Secundária de Arcozelo”, não só pela forma como o processo está a ser conduzido, mas também pelo objetivo final.

Entre outros motivos, invocam o risco de perda de qualidade do ensino nas freguesias de Grijó, Sermonde e Seixezelo, desaparecimento da gestão de proximidade existente, e a disparidade dos projetos educativos, “difícilmente conciliáveis devido a realidades de natureza social diferentes”.

Grijó manifestou descontentamento

Consideram, por outro lado, que a agregação propiciará a instabilidade na população escolar, dada “a clara oposição ao processo em causa” e dificultará “a monitorização de resultados, a autoavaliação das escolas e a articulação e coordenação pedagógicas”. “O prosseguimento de estudos dos alunos, que tradicionalmente seguem para os Carvalhos ou Espinho, quer por razões de transporte, quer por razões de oferta formativa” é outro argumento, tanto mais que “não existe qualquer rede de transportes, sustentável e economicamente viável” que permita a deslocação para Arcozelo. Denunciando não ter havido “qualquer auscultação dos parceiros envolvidos”, acusam a administração de juntar “milhares de alunos, centenas de professores, realidades sociais e económicas completamente diferentes, quando deviam preocupar-se com a humanização e o reforço do sentimento de pertença à comunidade”.

Metamorfose



24.4.74

SPN30

*Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário*

*25 DE ABRIL: os sindicatos,
a mobilização, a normalização*

Rumo à democratização do ensino

Os baixos salários, as precárias condições para o exercício da profissão e o controlo político exercido sobre os docentes durante a ditadura do Estado Novo afastaram os professores mais capazes e inovadores e remeteram a classe docente para a mais completa anomia.

A madrugada de Abril veio encontrar um sistema de ensino completamente caduco, uma rede escolar dispersa e degradada, uma classe que vivia uma tremenda crise de identidade, onde pontificava o isolamento físico ou psicológico, e uma ausência praticamente total de reflexão coletiva. Professores com uma formação técnica ou didática modelados por uma *máquina modeladora* (Luiza Cortesão) que visava integrar os alunos na atmosfera ideológica vigente.

Porque é de *democratização do ensino* que aqui se trata, encontremos, desde já, uma grelha de análise: igualdade de oportunidades, obrigatoriedade e gratuidade, liberdade de ensino e laicidade, rede e ofertas educativas. Se entendermos como certos estes indicadores, basta a sua enumeração para percebermos que, no país herdado da longa noite fascista, de democracia nem vestígios.

No que toca à liberdade de ensino, o Estado Novo tudo permitia, desde que ao seu serviço e controlado pelo desígnio nacional de *tudo pela nação, nada contra a nação*, velha máxima apoiada pela Igreja Católica (ou parte dela), que foi um pilar fundamental da sustentação do sistema e serviu como instrumento de controlo e propagação doutrinária, influenciando principalmente nos conteúdos, mas também nas formas e nos modos de ensinar. Igualdade de oportunidades, só numa perspetiva meritocrática de proporcionalidade corporativista. A obrigatoriedade, expressa na lei, era encarada com grande condescendência, e a gratuidade, se comparada com a situação atual, vá lá... Quanto à expansão da rede, ficou o *plano centenário* (da nacionalidade e da restauração), caracterizado por um modelo de construção único em todo o país e que se constituiu como o momento mais emblemático do antigo regime.

Esmiuçando a “democratização”

Se utilizarmos uma grelha mais elaborada, como a de Rui Grácio (“pauta de observação” era mais ao seu gosto), de que resultaram cinco aceções associadas a *democracia*

do ensino, o emprego da expressão só poderá ser considerado um devaneio. As aceções são: *i)* direito à educação; *ii)* conteúdos e valores do ensino/aprendizagem; *iii)* governo e funcionamento das escolas; *iv)* participação de interesses sociais e culturais organizados; *v)* relações de articulação do sistema educativo com os objetivos políticos seleccionados para a promoção do desenvolvimento – sobre cada uma, o autor avança algumas considerações quanto às esferas em que se concretizam [a este respeito, cf. *A Democratização do Ensino no Portugal Democrático. Contributos para uma caracterização em jeito de balanço*, SPN-Informação nº 14, abril/2007].

Relativamente à primeira, remete-a para a composição social do contingente escolar, isto é, para a “representação proporcional de classes e camadas sociais, de sexos e de regiões”. Com a rede dispersa e degradada, chegamos ao 25 de Abril com 30% dos portugueses com mais de 10 anos a não saberem ler, percentagem que subia à medida que se considerava a população feminina, rural ou idosa e se traduzia numa elevadíssima taxa de analfabetismo que nos colocava na liderança dos todos os *rankings* europeus. A segunda aceção será perceptível quando predominam conteúdos e valores democráticos nas mais variadas vertentes curriculares e nas formas de materialização do processo ensino/aprendizagem, como sejam o currículo manifesto ou oculto, os meios de ensino, as práticas pedagógicas... No Estado Novo encontramos um currículo único e baseado nos saberes doutrinários do regime, de enaltecimento das virtudes supremas da família, de respeito e orgulho pela heroicidade pátria, naturalmente de inspiração católica, nem que para isso se tivesse recorrido a uma reinvenção da história à luz dos supremos interesses do regime. A organização e a orientação pedagógicas vestiam pelo mesmo tamanho: à mesma hora, em todos os postos de ensino e escolas do país, todos os alunos estariam a aprender os mesmos saberes, únicos, debitados por uma correia de transmissão humana acrítica e controlada central e localmente, pois *para o que é* (instruir) e *para quem é* (o povo obediente), missionários bastam – esta retórica de missão, que se sobrepôs à de profissão, abalou profundamente o profissionalismo docente e será, porventura, uma das mais fortes representações do Estado Novo.

No que toca ao governo e funcionamento das escolas, esta aceção transporta a democracia para as relações intrainstitucionais, da participação ao nível dos órgãos e das formas relacionais, e as que se estabelecem entre estas e as autoridades político-administrativas da educação. Participação dos professores na gestão do sistema ou das escolas era coisa impensável, cruzeis!

Fala-se de democratização do ensino, também, quando na definição e aplicação das políticas educativas se salvaguarda a participação de forças e interesses sociais organizados, bem como de grupos diretamente implicados (professores, alunos e pais). Ora, se os saberes eram universais e os métodos descontextualizados, se a participação era nula e se nem sindicatos ou associações de pais existiam, estava consagrado o completo divórcio entre escola e comunidade. Finalmente, na última aceção, Grácio esclarece que tal articulação deverá ser o mais abrangente possível, tendo em conta o desenvolvimento económico, tecnológico, social e cultural. Ideia que se encontra nos antípodas do *bem-aventurado* saber ler, escrever e contar. O professor do Estado Novo não educa, instrui; quem educa é o Estado, através dos conteúdos, do manual e de outros dispositivos de inculcação.

Generalização em vez de democratização

O extremo cuidado na utilização da expressão *democratização do ensino* era de tal ordem que, segundo Grácio, foi Américo Tomás quem a proferiu pela primeira vez, após a morte de Salazar, durante uma investidura da Assembleia Nacional, dava a primavera marcelista os primeiros passos. Dado o mote, Veiga Simão fez da expressão bandeira para uma reforma do ensino que haveria de dar em nada – estranha bandeira, essa, numa ditadura que mantinha os seus métodos repressivos em pleno. Importa aqui lembrar que entre 1971-1973, altura em que a Assembleia Nacional aprova como Lei, esteve em discussão uma proposta de reforma que pretendia dar resposta ao necessário alargamento da escolaridade dos portugueses, dado o fosso existente entre a formação média portuguesa e a dos restantes países que viviam em democracia. Ficou o debate. Desiluda-se, no entanto, quem quiser procurar a expressão nos arquivos dos registos aprovados pela Assembleia Nacional. Grácio fê-lo e não a encontrou – é que, afinal, o reformador acabou por não a escrever. O que também não parece ser grave, pois, na sua opinião, não estávamos perante uma verdadeira democratização. Desde logo por uma questão formal – como implementar um modelo democrático num registo político que não o é? – e, depois, porque era um conceito fundamentado numa visão meritocrática da democracia.

António Teodoro considera que, com Veiga Simão, a propalada democratização do ensino mais não era do que uma forma de dizer “expansão da rede escolar”. Ou seja, tratava-se de *generalização* e não de democratização.

Mobilização: a escola sai para a rua e a rua vai à escola

“A ocupação das escolas e a criação de formas de controle participativo foram os primeiros passos espontâneos em direcção à democratização da tomada de decisões no ensino”.

A democratização do ensino aconteceu com o 25 de Abril e teve a sua expressão máxima em termos participativos nos dois anos consequentes à Revolução dos Cravos. Face ao cenário que caracterizava a realidade educativa do país, o que aconteceu nesses dois anos foi uma verdadeira revolução, com tudo o que de imprevisibilidade e de ruptura comporta o conceito. Boaventura Sousa Santos: “foi sem dúvida o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra” – “as escolas saem para as ruas e a rua vai às escolas”, conforme se lê num Boletim Informativo do MFA, de 1974, recuperado por Stephen Stoer.

É um tempo de experimentação, mas também de afirmação de uma classe que quer assumir as rédeas do seu destino. Um tempo em que se assume a educação para e pela democracia, recorrendo à participação contextualizada num registo emancipador. Pretensão que torna indissociáveis as problemáticas da governabilidade do sistema e das escolas, sendo ambas equacionadas em torno de uma constante e mútua redefinição. É neste ambiente de ampla participação social que as escolas respondem de pronto e se mobilizam no sentido da concretização de um projeto de mudança. Alicerçando esta análise, recorremos a Rui Grácio e às suas três dimensões de análise: “uma respeito às bases sociais do recrutamento escolar; outra aos valores objectivamente veiculados pelos conteúdos do ensino; e a terceira ao teor das relações institucionais – administrativas e pedagógicas



– do sistema escolar”. Ou seja, como bem traduz António Teodoro, é de igualdade de oportunidades de acesso, de sucesso e de participação democrática na gestão da escola e do sistema educativo que se trata.

O acesso e o sucesso

Na primeira dimensão (igualdade de oportunidades no acesso) podemos identificar várias transformações ocorridas, todas muito participadas. Grácio identifica algumas – quem melhor do que ele, que teve responsabilidade governativa precisamente nesse período, para o fazer? – e Teodoro cita inúmeras iniciativas: criação de creches e jardins de infância por comissões de moradores e de trabalhadores ou juntas de freguesia; lançamento do movimento das CERCI (cooperativas de educação e reabilitação de cidadãos inadaptados) envolvendo comissões de pais e instituições ligadas à Educação Especial; campanhas de alfabetização e de dinamização popular realizadas por organizações de juventude, pelo Movimento das Forças Armadas e por ativistas pedagógicos seguidores de Paulo Freire; medidas governamentais que procuram generalizar o acesso à educação e à cultura, aumentando o parque escolar, incentivando o ensino noturno, reforçando os diferentes esquemas de ação social escolar (entre os quais a criação de um suplemento alimentar no Ensino Primário) e assumindo o combate ao analfabetismo e ao abandono escolar como prioridade...

Relativamente à segunda dimensão, novamente a palavra a Teodoro: “a igualdade de oportunidades de sucesso na educação teve múltiplas expressões nesse período de mobilização, seja por iniciativa de base ou (de sectores) do Ministério da Educação”. A supressão da disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação e a revisão

global dos programas, visando retirar todos os conteúdos considerados legitimadores da ideologia fascista e colonialista, foram medidas tomadas logo no rescaldo do golpe militar, bem como a supressão dos exames nacionais e das provas de admissão ao Ensino Superior, por pressão de estudantes e professores. Mais tarde, procedeu-se à revisão global dos programas do Ensino Primário e à criação do sistema de fases, em substituição das classes, bem como à implantação da via única do Ensino Secundário (7º ao 9º anos de escolaridade), com que se procurava superar a função conservadora do ensino na divisão social do trabalho, onde a Educação Cívica Politécnica representava uma área integradora dos objetivos pretendidos.

A reforma global da formação dos professores do Ensino Primário, elevando as habilitações de ingresso e a duração do curso; o alargamento das Escolas do Magistério à formação de educadores de infância; o aumento considerável dos estágios pedagógicos nos ensinos Preparatório e Secundário; a adoção de um plano global de ações de reciclagem para os professores em exercício; e o incentivo à inovação pedagógica, constituíram medidas complementares e de apoio à introdução dos novos conteúdos escolares, conformados, segundo Grácio, por valores de modernidade científica e cultural, de pluralismo ideológico e de inspiração democrática.

A gestão democrática

A gestão das escolas (terceira dimensão) foi, garantidamente, a questão mais marcante da participação dos professores e das escolas no que Grácio chamou “vontade de libertação e mudança”. Foi a fase do poder às



escolas. E dentro destas, outras revoluções aconteceram. Diretores e reitores eram afastados em rápidos processos de saneamento, essencialmente por serem tidos como representantes, nas escolas, do poder político que acabava de ser derrubado, constituindo-se, assim, como o exemplo mais bem acabado de como a *periferia* pode influenciar e rebocar o *centro*.

Efetivamente, pode afirmar-se que o centro deixava de controlar a periferia, que o poder lhe fugia e ia sendo assumido a nível local, de forma diametralmente oposta à imposição e autoritarismo até então vigentes. Segundo Stoer, de um momento para outro, deu-se “uma deslocação do poder do Ministério da Educação para as escolas, dos directores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil”; “a iniciativa ao nível da população escolar comandou os acontecimentos, pelo menos durante os primeiros seis meses da revolução, e durante muito mais tempo em termos dos seus efeitos duradouros”.

Tudo se passou como se as escolas “tivessem sido ocupadas pelos próprios professores e alunos”, considera Emília Bredorode dos Santos: assistia-se “à tomada de poder da gestão das escolas, substituindo-se os antigos directores por comissões de alunos e professores – tendência que o poder central viria a reconhecer, embora de forma enfraquecida e hoje considerada insatisfatória, criando a gestão democrática das escolas”.

Ao poder central não restava outra alternativa que não fosse acompanhar a dinâmica progressista que percorria

as escolas. A 27 de maio é publicado o Decreto-Lei nº 221/74 que, de forma sintomática, dizia no preâmbulo: “Considerando a necessidade urgente de apoiar as iniciativas democráticas tendentes ao estabelecimento de órgãos de gestão que sejam verdadeiramente representativos de toda a comunidade escolar e sem prejuízo de outras medidas que venham a ser tomadas para regularizar a vida académica nos diversos níveis de ensino [...], a direcção dos mesmos estabelecimentos poderá ser confiada, pelo Ministério da Educação e Cultura, a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois do 25 de Abril de 1974”. Traduzindo: o que as escolas decidissem, o ministério validava, respeitava, homologava. Como vários autores afirmam, estes não eram tempos de vivência de uma democracia representativa; era tempos de democracia direta.

Para esta situação muito contribuiu a formação de equipas governativas com ministros engajados no processo revolucionário em curso, que, por sua vez, procuravam rodear-se de gente competente, que juntasse ao conhecimento pedagógico uma clara postura de esquerda, por forma a encontrar soluções que levassem o sistema educativo a quedar-se inequivocamente ao serviço do povo português – a título de exemplo, refira-se que Rogério Fernandes, eminente pedagogo e companheiro de lides sindicais, foi Diretor-Geral do Ensino Básico, que António Hespanha foi Diretor-Geral do Ensino Superior e que muitas outras pessoas de reconhecido valor e visão progressista ocuparam lugares de destaque no Ministério da Educação e Cultura desses tempos. (*ver quadro anexo*).





O aparecimento dos sindicatos

As questões da democracia nas escolas e a criação dos sindicatos de professores são indissociáveis. Muito do sucesso do que foram as dinâmicas de escola ficou a dever-se, também, à atividade de núcleos sindicais fortes, dinâmicos e ativos, como expressão da sindicalização generalizada dos professores de todo o país.

A ideia de que a semente do que viriam a ser os sindicatos de professores após a Revolução germinava já nos últimos anos da ditadura é afirmada por muitos autores. Stephen Stoer, por exemplo, considera que os “Grupos de Estudo foram os precursores da movimentação dos professores e estudantes que ocorreria após a revolução”. Já em 1971 defendiam que a *democratização* incluía a participação nas estruturas decisórias da vida das escolas”. Registe-se, a propósito, o parágrafo de uma proposta dos Grupos de Estudo do Norte de Portugal enviada ao Ministério da Educação Nacional (MEN), em 29 de março desse ano: “Propõe-se que seja assegurado o direito de participação e decisão de todos os professores na gestão dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente no conselho escolar, passando a ser atribuição deste conselho a escolha do director ou reitor”.

Foi uma fase, inicial, em que o ministro Veiga Simão chegou a receber representantes dos Grupos de Estudo e, inclusive, a manifestar apreço pelas suas preocupações. No entanto, a atitude do MEN foi-se transformando, ou melhor, clarificando, e pode ser avaliada a partir do despacho emitido em fevereiro de 1974 pelo secretário de Estado da Educação, que, entre outras coisas, considerava que “a constituição de uma associação de classe de professores, com os objectivos atrás indicados [elevar a consciência deontológica, defender os interesses profissionais, individuais e colectivos dos seus membros] conferir-lhes-ia carácter notoriamente sindical, em flagrante violação dos imperativos constitucional e legal” – o artigo 39º do Estatuto do Trabalho Nacional, aprovado em 1933, vedava aos funcionários públicos constituírem-se em sindicatos privativos ou inscreverem-se em organismos corporativos. Ou seja, aqueles que, segundo Agostinho dos Reis Monteiro, constituem “o único movimento proassociativo organizado e progressista dos professores portugueses, em defesa dos seus interesses e direitos, profissionais e cívicos, e de uma real democratização do ensino e da educação em Portugal”, incorriam em risco de prisão.

Que modelo sindical?

A erupção de todas as liberdades individuais e coletivas que se deu após o 25 de Abril ia desde a *simples* liberdade de expressão e de opinião à liberdade de reunião e

de associação, durante tantos anos ambicionadas pelos portugueses.

Assim aconteceu, também, com os primeiros sindicatos, a brotarem quase espontaneamente pelo país. No caso dos professores, o processo não foi tão espontâneo, porque na sua base está presente o ativismo e a capacidade organizativa que os referidos Grupos de Estudo traziam da clandestinidade. Não surpreende, pois, que no primeiro 1º de maio realizado em liberdade, na grandiosa manifestação realizada no Porto desfilassem professores com um pano que, curiosamente, dizia *Sindicato dos Professores do Norte*. E não era invenção ou pretensiosismo, pois a Direção Provisória havia sido eleita no dia anterior – acabaria por não ser essa a designação a prevalecer, e o nome apenas viria a ser recuperado em 1982, com a criação do atual SPN. Não se julgue, porém, que a rapidez com que se criavam sindicatos significava consenso quanto ao modelo organizativo. Muito se analisou, se refletiu e debateu. Para se compreender a importância do debate realizado, há que referir que tudo se encontrava em aberto: uns achavam que os sindicatos deveriam ter uma organização nacional e estruturar-se em torno dos ramos e setores de educação e ensino; outros defendiam a constituição de sindicatos regionais que contivessem todos os graus de educação e ensino. E a querela não era de somenos, porque a adoção por um ou outro modelo refletiria necessariamente a opção política da orientação sindical. Acabou por prevalecer a segunda opção, pelo que os sindicatos do continente tomaram a designação de “Zona”, com exceção do SPGL, que apareceu desde a fundação (2 de maio) como Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – os sindicatos das ilhas apareceram um pouco mais tarde, com a designação de Sindicato dos Professores da Madeira e da Região Açores. A um nível superior de organização sindical – confederações aglutinadoras de princípios e objetivos comuns de diferentes sindicatos –, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN) era a única existente, criada ainda na vigência da ditadura (1970), a partir de quatro sindicatos, e cresce rapidamente após o 25 de Abril.

Qual o papel dos sindicatos?

Os sindicatos centravam, então, a sua atividade nas vertentes organizativa e reivindicativa. Para além do apoio e incentivo ao exercício democrático dos docentes, conseguiram fazer-se aceitar, sem grandes dificuldades, como interlocutores credenciados junto do poder político, prosseguindo o papel que os Grupos de Estudo tinham desempenhado. Interessados, sobretudo, na instauração da democracia, assumiam a defesa de reivindicações acumuladas do corpo docente e, simultaneamente, prestavam apoio, ainda que crítico, aos governos provisórios do novo regime democrático. Um equilíbrio difícil, sem dúvida. Como compatibilizar a função representativa de uma classe laboral com a cola-

boração no processo de institucionalização da democracia, em que os governos se encontravam comprometidos? Uma coisa parece certa: com os governos provisórios e com os sindicatos, os professores ganharam, para além da vontade participativa, uma estabilidade e uma segurança social que antes desconheciam.

Sendo a criação de associações sindicais uma das etapas constitutivas da profissão, não admira que a intervenção e a luta dos professores, no passado como no presente, tendam a associar interesses socioprofissionais com preocupações pela qualidade da educação. Os sindicatos são, por excelência, as estruturas privilegiadas de intervenção e reivindicação dos professores, assumindo, assim, uma dupla característica: por um lado, são organizações reivindicativas; por outro, são proponentes de ideários, valores e projetos educacionais e profissionais.





Normalização: o pós-25 de Novembro chega às escolas

As contradições latentes na sociedade portuguesa acabam por vir ao de cima; a correlação de forças regista grande instabilidade e provoca até alguns confrontos. Na Educação, Sottomayor Cardia define a tarefa do seu ministério: “reconstruir um edifício em ruínas”.

Não é consensual o estabelecimento de uma data precisa para o termo do período a que chamamos *mobilização* – ou de *ideologia democratizante*, na expressão de José Alberto Correia.

Uns autores consideram que foi com a instituição do I Governo Constitucional (julho de 1976), outros avançam com 25 de novembro de 1975 – sobre esta data, Boaventura Sousa Santos afirma que se procurou, “acima de tudo, pôr termo à paralisia do Estado, reconstruir a autoridade e reactivar o exercício do poder do Estado”, bastando para isso “desmoralizar os movimentos sociais populares, neutralizar as forças políticas mais radicais, disciplinar as forças armadas, reactivar o aparelho repressivo e concluir o processo de definição constitucional do novo regime”. Tendo esses passos sido dados rapidamente desde 1976, “a consolidação do novo regime democrático tem consistido num processo de reconstituição do Estado que se caracteriza pela superação lenta e gradual do Estado dual saído da crise revolucionária”.

Para Stephen Stoer, com a *normalização* assiste-se a uma “lógica inexorável de *normalizar* a revolução e os seus efeitos como um não-acontecimento, *naturalizar* a revolução, olhando-a como *morta* ou como nunca tendo sido *revolução*”. Uma tal lógica, conclui o autor, reduziu drasticamente o papel transformador da educação e enfraqueceu os princípios de participação e igualdade. E os reflexos desta situação no campo educativo fizeram-se sentir no imediato, nomeadamente, ao nível das direcções dos sindicatos, que entretanto já funcionavam com regularidade e com altíssimas taxas de sindicalização.

No entanto, aceitando a *normalização* como um processo, o achamento de tal data não é muito importante. Importante, sim, é a constatação de que, aos poucos, o país começou “a entrar nos eixos” e veio encontrar uma classe em que uns aplaudem, outros lamentam, estes dizem que soube a pouco e aqueles outros até tinham dispensado a novidade. O certo é que o regresso à *normalidade* não tardou muito e, com ele, o desejo da prática de velhos e estafados comportamentos e procedimentos.

Conceito criado por Rui Grácio, a *normalização* consistiu “numa alegada neutralização ideológica do aparelho de ensino, em correlação aparente com o objectivo, prioritário, da sua adaptação às necessidades de um desenvolvimento que exige a preparação de mão-de-obra e de quadros de

diferentes níveis de qualificação”. Ora, no seu entender, é do “reino da ficção... ideológica supor que é possível a desideologização do ensino”.

Novo paradigma democrático

As eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas um ano após a Revolução, muito embora colocassem a direita em minoria, acabaram por consagrar o Partido Socialista (PS) como principal partido. E o ambiente político, primeiro com o 25 de Novembro e depois com a aprovação da Constituição de 1976, a eleição presidencial de Ramalho Eanes e o I Governo Constitucional criou as condições para uma nova ordem ideológica.

O país movimentava-se num domínio democrático, mas já de cariz representativo, cuja legitimação é pela via legislativa. O governo toma novamente as rédeas do poder. Neste novo paradigma, é o Estado que se assume como legítimo representante do interesse público, submetendo a governabilidade das escolas à governabilidade do sistema educativo. Uma vez que tudo volta a estar definido até ao mais ínfimo pormenor, só participa quem é juridicamente reconhecido para tal e dentro dos moldes legais previamente estabelecidos. Volta-se ao estrito cumprimento da universalidade do imperativo legal.

Particularizando, Stoer considera que o ano letivo de 1975/76 “pode ser melhor descrito como um ano de educação *pendente*. Em muitos aspectos, foi simultaneamente um ano de consolidação e que assinala o início da regressão das conquistas até então feitas”. Gradualmente, a luta contra “a escola como instrumento de exploração cultural reproduzindo as relações de produção da sociedade de classes” (do programa do PS) deu lugar, particularmente a nível do discurso oficial, à necessidade de erradicar o anarcopopulismo.

Analisando o programa do I Governo Constitucional (PS), Stoer faz uma avaliação da situação na educação bem elucidativa: “Depois do 25 de Abril assiste-se a uma onda de contestação e reivindicações que ultrapassam o razoável e entram no domínio do oportunismo demagógico, do carreirismo fácil [...] e, enfim, do caos total”. A Educação, afirma, estava infestada de “infiltrações partidárias, saneamentos arbitrários, nomeações baseadas nas filiações partidárias e não na competência, criação de corpos de decisão paralelos”, etc. “Assim, em resumo, temos uma escola que globalmente não funciona, ou, se quisermos ser benevolentes, que funciona muito mal”.

No debate que se seguiu à apresentação do programa do Governo, o novo ministro da Educação, Sottomayor

Cardia, definiu as tarefas do seu ministério em termos de “reconstruir um edifício em ruínas”. Para normalizar a situação, considerava o ministro, era necessário fazer com que o pós-25 de Novembro chegasse às escolas. “É isto que faremos; é este o nosso objectivo”.

Primeira greve dos professores

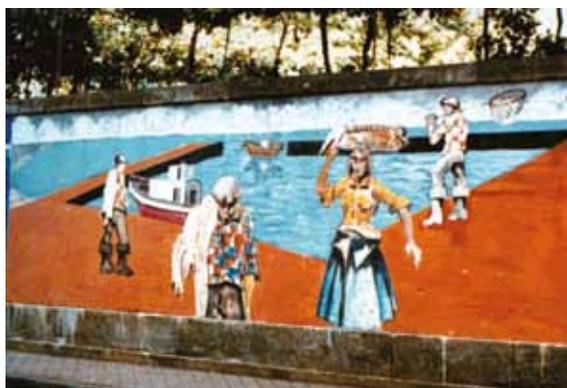
Os tempos eram, portanto, de recuperação do tempo perdido, e Cardia esmerou-se nesse trabalho. António Teodoro explica como: “através do afastamento dos quadros superiores do Ministério da Educação identificados com as principais reformas educativas levadas a cabo nos anos de 1974 e 1975; alterações profundas na estrutura curricular e em programas de ensino, com a supressão de disciplinas (Ciências Sociais, Ciências do Ambiente), da área de Educação Cívica Politécnica e a *licealização* do ensino secundário unificado; substituição dos directores e de parte do corpo docente das Escolas do Magistério, e alteração profunda na organização curricular e nas metodologias de trabalho utilizadas por estas escolas de formação de professores; extinção do Instituto de Inovação Pedagógica e dos Centros Regionais de Apoio Pedagógico, em instalação, e abandono de (quase) todos os programas de formação contínua dos professores; extinção de movimentos desportivos e secundarização do desporto escolar; suspensão das acções de alfabetização e de educação permanente; conflitualidade crescente entre o poder instituído e os professores e suas organizações sindicais representativas, que culminou na primeira greve de professores”.

É curioso verificar que a primeira greve dos professores na era democrática se dá, precisamente, na defesa do direito à negociação por parte dos sindicatos. Foi em 1978, tinha a democracia 4 anos e os professores já se viam na obrigação de fazer greves para defenderem a sua participação na questão educativa.

Contudo, as condições políticas não permitiam um retrocesso completo, e aquilo que poderemos designar por *sequelas do poder revolucionário* ainda deu algum conteúdo à nova legislação. Analisando as implicações do processo de normalização, Stoer conclui que o Estado foi “obrigado a aceitar uma forma de escolarização que não foi criada por ele”. Isto ajuda a perceber melhor por que uma das medidas mais emblemáticas do processo revolucionário (a gestão democrática, plasmada no Decreto-Lei nº 769-A/76) resistiu durante tantos anos aos sucessivos ataques a que foi sujeita – uma das razões foi estar contemplada na Constituição da República Portuguesa.

Aprovada em 1976, a Constituição da República Portuguesa acabou por ser um documento de compromisso entre o processo revolucionário e os novos desígnios nacionais.

Analisam-se aqui as questões do direito à educação e dos direitos sindicais.



O texto original da Constituição da República Portuguesa considerava o país como um “estado democrático em transição para o socialismo”. Trânsito interrompido em 1982, com a primeira revisão, pela qual passamos a ser apenas um “estado de direito democrático”. Já em 1989, com a segunda revisão, estacionamos por completo, porque o objetivo de “transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” foi substituído por outro, relacionado com “a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa” – objetivo, este, que ainda se mantém.

Sobre a educação

A CRP garante o direito de todos à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a “democratização da educação e demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista” – a referência à “sociedade democrática e socialista” foi substituída em 1982 pela expressão “participação democrática na vida colectiva”.

Através da criação de uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar, incumbindo-lhe, concretamente, assegurar o Ensino Básico universal, obrigatório e gratuito; criar um sistema público de Educação Pré-Escolar; garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo; garantir o prosseguimento de estudos e o acesso à investigação científica e à criação artística. Mais tarde, seriam aditadas novas alíneas relacionadas com a promoção do Ensino Especial e o ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro. É salvaguardado o princípio da liberdade de aprender e ensinar, através de um ensino particular supletivo do ensino público. Este caráter supletivo cai em 1982, quando é garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas, que o Estado reconhece e fiscaliza nos termos da lei.

No que toca ao Ensino Superior, a CRP/76 apenas fala no acesso, que deve ter em conta as necessidades do país

A Constituição da República

de quadros qualificados e estimular e favorecer o acesso dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras. Posteriormente, este artigo foi aditado com várias alíneas e passamos a saber que o Ensino Superior se desenvolve dentro de um registo de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira, sem prejuízo de adequada avaliação da qualidade do ensino.

O mais curioso de verificar no texto original é que o legislador não salvaguardou o direito de participação de professores, pais e alunos, bem como de associações comunitárias e de instituições de caráter científico, na gestão das escolas. Esse reconhecimento só aconteceu em 1982, e por lá se mantém.

Sobre os sindicatos

A lei magna reconhece “aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses”. No exercício da liberdade sindical, é garantida aos trabalhadores a liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis; a liberdade de inscrição, de organização e de regulamentação interna dessas organizações; o direito de exercício de atividade sindical na empresa; o direito de tendência, nas formas que os respetivos estatutos determinarem. Determina, também, que as associações sindicais devem reger-se por princípios de organização e de gestão democráticas, baseados na eleição periódica e por escrutínio secreto dos órgãos dirigentes, sem sujeição a qualquer autorização ou

homologação e assentes na participação dos trabalhadores em todos os aspetos da atividade sindical. Os eleitos dos trabalhadores gozam do direito à informação e consulta, bem como à proteção legal adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções.

O artigo 56º da CRP estabelece que compete às associações sindicais defender e promover os direitos e interesses dos trabalhadores e o direito à contratação coletiva. Constituem, ainda, direitos das associações sindicais, entre outros, participar na elaboração da legislação do trabalho, na gestão das instituições de Segurança Social e outras organizações que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores e fazer-se representar nos organismos de concertação social.

Daqui resulta que a Constituição reconhece a importância dos sindicatos na construção da unidade dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses e consagra direitos fundamentais, como o de participar na elaboração da legislação do trabalho e de se fazer representar nos organismos de concertação social.

O exercício da liberdade sindical pelos trabalhadores em geral foi regulado no Decreto-lei nº 215-B/75, de 30 de abril, remetendo-se para lei especial o exercício da liberdade sindical dos trabalhadores da Administração Pública. Porém, não obstante reconhecer a todos os trabalhadores, incluindo aos da Administração Pública, o direito de liberdade sindical, a lei especial anunciada tardou 24 anos a ser publicada.

M.F.A. Campanha de dinamização cultural



muito prazeres em conhecer voalências

REFERÊNCIAS

António Teodoro *Política Educativa em Portugal. Educação, Desenvolvimento e Participação Política dos Professores* (1994). Bertrand Editora

Rui Grácio *Obra Completa - Da Educação, I, II, III* (1995, 1996). Fundação Calouste Gulbenkian

Stephen Stoer *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, Uma Década de Transição* (1986). Edições Afrontamento

[As citações de B. Sousa Santos foram recolhidas de António Teodoro e as de E. Brederode dos Santos e A. Reis Monteiro de Stephen Stoer]

SPN30

Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário

SPN30 iniciativas

Que Escola para o século XXI? A Direção Distrital de Aveiro realizou, no dia 29 de março, no Museu da Chapelaria de S. João da Madeira, a primeira sessão da ação de formação *Que Escola para o século XXI?*. Em três painéis, foram aprofundadas não só matérias profissionais e de política educativa, mas também questões pedagógicas. Este formato diversificado, aliado ao facto de as horas de formação serem creditadas, possibilitou uma forte participação – mais de 80 presenças.

No primeiro painel estiveram em destaque a gestão e administração escolar (em particular, os modelos que se sucederam desde o 25 de Abril até aos dias de hoje) e a rede escolar, mais propriamente, a evolução do número de estabelecimentos e da população escolar desde 1961 até à atualidade. No segundo, o psicólogo e dirigente do SPN, Celso Oliveira, abordou questões do currículo: de manhã, com uma análise ao conceito de *currículo*; à tarde, com uma reflexão em torno da Teoria das Inteligências Múltiplas. O último painel, com o secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, versou questões político-sindicais: medidas do Governo, propostas da Federação e ações de luta a desenvolver.

A segunda sessão desta ação realizar-se-á em julho, em data a confirmar.

Educação, República e Maçonaria foi o tema de um debate promovido pela Direção Distrital de Bragança, que contou com cerca de uma centena de participantes (na grande maioria professores) e foi aquecendo à medida que as questões ligadas à maçonaria foram surgindo.

Moderado pelo diretor do Jornal Nordeste, João Campos, o debate contou com intervenções de Fernando Capelas Miguel (docente do 1º Ciclo, ligado à formação de professores e responsável pela instalação de diversas bibliotecas escolares no distrito de Braga) e Raquel Reininho (técnica da Segurança Social, licenciada em Filosofia e com intervenção na formação de adultos, nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Bragança).

A evolução da Educação foi o tema central, com alguns dos nomes mais importantes da maçonaria a serem referenciados como protagonistas das grandes mudanças – Fernando Capelas lembrou alguns diplomas que, se não fossem referidas as respetivas datas, se julgariam da lavra da atual equipa ministerial. A abordagem de Raquel Reininho centrou-se, sobretudo, na importância das mulheres na definição e desenvolvimento das políticas educativas.

+ SPN NO OLIMPO é a designação de uma tertúlia mensal que o Sindicato dos Professores do Norte está a realizar na última quinta-feira de cada mês, entre as 18h30 e as 20 horas. A ideia é concretizar um espaço de encontro e troca de ideias com os sócios (embora se trate de um espaço aberto ao público), não necessariamente sobre temas específicos da educação e do ensino, mas transversais a toda a sociedade.

A primeira sessão aconteceu já em março, com a participação da economista Mariana Mortágua (coautora do livro «Dividadura») e tinha como tema *Crise e dívida pública - mais recessão ou reestruturação? E se não pagarmos?*. A segunda, em abril, reuniu o sociólogo João Teixeira Lopes, Adriano Campos (FERVE - Fartos dEstes Recibos Verdes) e José Miranda (dirigente estudantil) – em debate, *Cidadania: Participação vs (des)Mobilização*. A próxima realizar-se-á no dia 31 de maio e à data do fecho desta edição ainda não estava definido o tema.

A tertúlia reúne no Bar-Café Olimpo – Rua da Alegria, nº 26 (Porto, aos Poveiros).



Agenda sindical

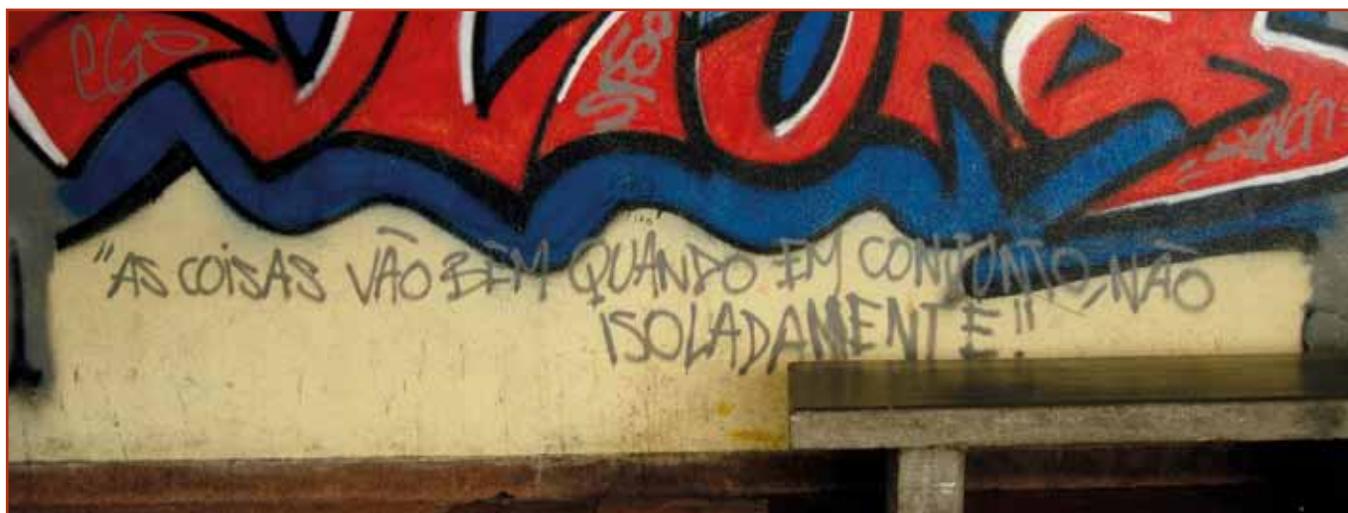
ABRIL

30. Comunicado de Imprensa sobre o aumento do desemprego docente. Fenprof
30. Comunicado de Imprensa sobre as alterações à lei laboral e o impacto no Ensino Superior. Fenprof
27. Reunião com a Secretaria de Estado da Administração Pública sobre as alterações da Função Pública. Frente Comum, Lisboa
27. Reunião da Comissão Negociadora Sindical responsável com a União das Misericórdias. Fenprof, Lisboa
26. Pedido de audiências ao Provedor de Justiça e à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, sobre violações à lei e ao princípio constitucional de salário igual para trabalho igual no Ensino Superior. Fenprof
26. Apresentação pública do Prémio Literário António Gedeão, destinado a galardoar obras de poesia em Português e de autor português publicadas integralmente e em 1ª edição no ano 2011. Fenprof/SECRE, Lisboa
26. Tertúlia mensal +SPN NO OLIMPO: "Cidadania: Participação vs (des)Mobilização". SPN, Porto
25. Participação nas comemorações populares do Dia da Liberdade
24. Reunião da Comissão Executiva do SPN. Porto
24. Comunicado de Imprensa sobre a revisão da estrutura curricular. Fenprof
23. Comemoração do Dia Mundial do Livro. CGTP-IN, Lisboa
21. Participação da Fenprof em reunião promovida por docentes de Educação Tecnológica. Matosinhos
20. Ação de Formação "República, Educação e Maçonaria". SPN, Bragança
20. Lançamento de abaixo-assinado exigindo investimento na Educação. Fenprof
20. Envio de carta aos presidentes das assembleias municipais sobre os mega-agrupamentos. Fenprof
19. Encontro Nacional de Professores e Educadores Aposentados. Fenprof, Lisboa
19. Participação do SPN no debate "Gestão da Escola Pública: Democrática?". FCEUP, Porto
18. Encontro de professores e educadores contratados e desempregados. SPN, em toda a região
18. Envio para as escolas das posições do sindicato relativamente aos diplomas sobre revisão curricular, concursos, gestão e administração das escolas e mega-agrupamentos. SPN
18. Reunião de federações, uniões e sindicatos nacionais. CGTP-IN, Lisboa
18. Reunião sobre organização sindical e sobre contratação coletiva e ação reivindicativa. CGTP-IN, Lisboa

- 17-19. Participação da coordenadora do SPN no encontro europeu "Por uma Europa Social, contra a política de demolição neoliberal e a regressão em direitos laborais". GEW/DGB, Alemanha
17. Reunião do secretariado da Direção Distrital do Porto. SPN, Porto
17. Reunião Fenprof/União da Misericórdias. Lisboa
16. Disponibilização de um "gabinete" de apoio aos professores na abertura do período de concursos. SPN, em toda a região
15. Edição digital da revista Sup/Notícias. Fenprof
13. Reunião Fenprof/Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o ensino português no estrangeiro. Lisboa
12. Reunião do grupo de trabalho Informação e Propaganda Sindical. CGTP-IN, Lisboa
12. Reunião da Comissão Negociadora Sindical responsável pelas negociações com a União das Misericórdias. Fenprof, Lisboa
- 12-13. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa
10. Reunião da Comissão Executiva do SPN. Porto
- 11-15. Exposição "A Escola no Estado Novo". SPN, Bragança
11. Reunião Fenprof/DGAE sobre os concursos. Lisboa
10. Reunião com a SEAP sobre alterações na Função Pública. Frente Comum, Lisboa
10. Reunião da InterReformados. CGTP-IN, Lisboa
06. Comunicado de Imprensa denunciando o impacto da "revisão curricular" no emprego docente. Fenprof
05. Reunião Fenprof/MEC sobre a "revisão curricular". Lisboa
- 02-06. Participação da coordenadora do SPN no Congresso Nacional do SNES-FSU. França
01. SPN expressa solidariedade com a posição dos presidentes dos conselhos gerais das escolas e agrupamentos de Vila Nova de Gaia.

MARÇO

29. Ação de Formação "Escola Pública, que cenários?". SPN, S. João da Madeira
29. Participação da coordenadora do SPN nos XIII Diálogos Sobre Educação/Formação". Universidade Minho, Braga
29. Tertúlia mensal +SPN NO OLIMPO: "Crise e dívida pública - mais recessão ou reestruturação? E se não pagarmos?". SPN, Porto
28. Reunião da Comissão Negociadora Sindical responsável pelas negociações com a União das Misericórdias. Fenprof, Lisboa
27. Conselho Nacional da CGTP-IN. Lisboa
26. Reunião suplementar Fenprof/MEC sobre concursos. Lisboa
21. Reunião com diretores e presidentes dos conselhos gerais do distrito do Porto. SPN, Matosinhos



SPN em Benguela

A delegação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) que em março se deslocou a Angola foi acompanhada pelo presidente do Sindicato Provincial, José Laurindo, e pelos dirigentes locais de Benguela, Chongoroi, Bocoio, Caimbambo, Ganda, Balombo, Lobito e Cubal, onde viria também a ser recebida pelos administradores das localidades. De destacar a amabilidade e amizade do povo de Benguela e a forma simpática como nos acolheram. A realidade angolana é muito distinta da portuguesa, como seria de supor. As carências a nível de habitação, saúde, alimentação e educação são evidentes. Ainda são largamente visíveis as marcas deixadas pela guerra, numa zona particularmente atingida pelos confrontos entre MPLA e UNITA.

É visível, no entanto, a preocupação das populações com a educação das suas crianças. Aqui e ali, aparentemente do meio do nada, surge uma pequena escola edificada por um conjunto de pessoas que ali habita e que procura, recorrendo aos recursos humanos disponíveis, responder às necessidades de aprendizagem dos seus filhos. Daí que, no momento atual, a formação profissional dos professores seja uma das principais preocupações do SPTECJDSCB, já que, para aquilo que seria desejável, são ainda poucos os que na docência têm habilitação profissional para o efeito.

Por outro lado, a questão do absentismo docente é um problema sério. A ausência de condições de trabalho e a distância a que os docentes são colocados (centenas de quilómetros) contribuem para que muitos deles falem por longos períodos, por motivos de saúde ou pessoais. O que leva a que, atualmente, o sindicato invista na sensibilização dos docentes para a necessidade de contrariar estas ausências no local de trabalho.

Constatámos, ainda, que o sindicato está a fazer um grande investimento na construção de alojamentos (quarto e casa-de-banho individual) destinados a alojar associados que necessitem de se deslocar àquelas localidades por motivos de saúde ou para tratar de outros assuntos. Destinam-se, também, ao alojamento de dirigentes participantes em reuniões sindicais ou de delegações convidadas. Em simultâneo, junto dos alojamentos, estão a ser construídas delegações para o próprio sindicato.

Quanto às comemorações, tiveram um carácter diferenciado. Começaram com uma romagem ao cemitério de Caimbambo, onde foi prestada homenagem aos professores já falecidos. Dali partimos para o Cubal, onde, nas instalações de uma escola, teve lugar a cerimónia oficial, perante uma plateia de docentes e entidades convidadas, na qual foi entregue uma Menção Honrosa aos 20 professores ou dirigentes sindicais que se destacaram no desempenho as suas funções. A concluir, um jantar em que participaram as delegações estrangeiras convidadas, responsáveis sindicais e professores.

Júlia Vale
Direção do SPN

O SPN esteve presente no aniversário do Sindicato Provincial dos Trabalhadores da Educação e Cultura, Juventude, Desporto e Comunicação Social de Benguela (SPTECJDSCB). Fê-lo no âmbito do protocolo estabelecido entre os dois sindicatos, tendo participado em quatro plenários/assembleias de professores e na cerimónia oficial.



*Manuela Mendonça, coordenadora do SPN,
ao Educare.pt*

Professores estão cansados, desgastados, exauridos...



Satisfeita com o novo regulamento de recrutamento de professores?

Não, longe disso. Por vários motivos: não contempla, por exemplo, um regime de vinculação de professores contratados, já não dizemos de acordo com a lei geral, mas pelo menos um que transitoriamente permitisse vincular professores com muitos anos de serviço e que vêm respondendo a necessidades permanentes do sistema; mantém do regime atual, e com o qual não concordamos, por exemplo, a plurianualidade no concurso interno e externo ou as renovações de contrato; por algumas alterações introduzidas, como a dimensão da obrigatoriedade de candidatura no concurso externo e na contratação ou a inclusão na primeira prioridade de candidatos provenientes do ensino privado. Para além das questões com que não concordamos, consideramos ainda que há muitas ambiguidades no projeto que é preciso clarificar, sem prejuízo de reconhecermos que o regulamento tem alguns aspetos positivos, designadamente prever, ainda que à margem do próprio diploma, a deslocação prévia ao concurso de professores com problemas de doença ou deficiência, a periodicidade anual do concurso para aproximação à residência e a definição de critérios objetivos para atribuição de horários zero.

O Ministério não cedeu na antecipação do concurso previsto para 2013. Era importante que o fizesse?

Era. Em primeiro lugar, porque em 2009 um número significativo de docentes (os professores titulares) não puderam ser opositores ao concurso, havendo muitos que obviamente gostariam de o ter feito. Depois porque, mesmo para os que puderam candidatar-se, a mobilidade foi mínima, devido ao insuficiente número de vagas a concurso – basta lembrar que nos últimos seis anos se aposentaram mais de 23 mil docentes e que no único concurso realizado nesse período, em 2009, só entraram no quadro 396 professores. Finalmente, porque, nos tempos que correm, os compromissos assumidos pelos governos nem sempre são cumpridos e, por

isso, para nós não é certo que, face ao memorando da *troika*, a realização de um concurso em 2013 esteja garantida.

A tutela recuou na obrigatoriedade de concorrer a três zonas pedagógicas, reduzindo para duas. Foi importante diminuir a área geográfica?

Uma redução neste âmbito é sempre importante, mas não resolveu o problema. Continua a ser excessiva a obrigatoriedade de candidatura mínima a duas zonas pedagógicas, até porque se aplica a docentes sobre os quais o Ministério não tem nenhuma tutela definitiva, a docentes que não pertencem aos quadros. Ainda por cima, a redação deste ponto é ambígua, não sendo claro que essa obrigatoriedade não se venha a aplicar mesmo a docentes dos quadros e de que forma se aplicará aos docentes dos QZP.

No novo regime, os professores poderão ficar mais perto das famílias. Uma grande vitória?

Não diria tanto. É um aspeto positivo, se a abertura de vagas vier a corresponder às expectativas dos professores. Se ficar estabelecido que se permite a aproximação e depois não houver horários disponibilizados para que ela se concretize, essa “conquista” de pouco valerá.

Concorda com os argumentos da equipa de Nuno Crato que justifica as mudanças com uma maior eficácia na gestão dos recursos humanos e menos alunos sem aulas?

Não me parece que haja uma relação direta entre as alterações agora propostas e a diminuição do tempo que os alunos passam sem aulas. Não há nenhuma melhoria na operacionalização dos concursos em termos de rapidez, tudo depende do calendário que o MEC vier a estabelecer para as colocações através da reserva de recrutamento e tudo depende, também, da operacionalização dos concursos em ofertas de escola.

Quanto à eficácia na gestão de recursos humanos, isso para o MEC significa sobretudo dispensa de professores – e sabemos que não é pela via do regulamento do concurso que isso se fará, mas pela criação de mega-agrupamentos, pelas alterações curriculares, pelo aumento do número de alunos por turma, etc. É claro que através da mobilidade interna

pode vir a ser feito algum reajustamento dos quadros, mas também isso estará dependente da abertura de vagas.

A situação dos docentes contratados, que tanto pedem um regime de vinculação, é um poço sem fundo?

Neste momento, tudo indica que sim, apesar de algumas organizações sindicais estranhamente referirem um compromisso que desconhecemos sobre essa matéria. Não há nenhum compromisso escrito, pelo que, tanto quanto sabemos, não há nenhuma solução para esses docentes, alguns já com muitos anos de serviço, que correm seriamente o risco de ficar desempregados a partir de setembro, com a mais do que previsível diminuição do número de horários devido às medidas que já referi, como a constituição de mega-agrupamentos e a entrada em vigor da revisão da estrutura curricular.

A precariedade é uma situação preocupante no setor educativo?

Muito preocupante. E a partir do próximo dia 1 de setembro sê-lo-á seguramente ainda mais. Pior do que a precariedade só mesmo o desemprego, que, segundo os nossos cálculos, se abaterá sobre largos milhares de docentes. Lembro que em outubro de 2011, comparativamente a outubro de 2010, havia menos 12 500 professores no sistema.

As mudanças na avaliação da classe docente tornaram, de facto, o modelo menos burocrático e mais justo?

Tornaram-no menos burocrático, é um facto. Os ciclos de avaliação passam a ter uma duração coincidente com a permanência nos escalões, na maior parte dos casos, quatro anos, em vez dos anteriores dois. O relatório de autoavaliação tem que ser sintético, sem anexar evidências. Em 2012, não haverá avaliação externa (observação de aulas) e o processo de avaliação dos professores contratados será simplificado, estes deixam de poder candidatar-se a Excelente e é-lhes atribuída a mesma bonificação para concurso (1 valor) quer obtenham a menção de Bom quer a de Muito Bom... Tudo isto retira muita da pressão que o anterior processo, extremamente burocratizado, criava no quotidiano das escolas e dos professores. Mas isso não significa que seja um bom modelo. Este modelo mantém a



matriz do anterior (as quotas, as cinco notações...) e quando for aplicado na totalidade os problemas vão surgir.

O novo regime de autonomia das escolas está a ser contestado. A escola pública ficará fragilizada com esse modelo?

O “novo” regime tem pouco de novo. No essencial não altera em nada a filosofia e a estrutura de governação do Decreto Lei n.º 75/2008, que põem em causa os princípios de elegibilidade, colegialidade e participação – pilares de uma organização democrática da escola. A proposta do MEC não contempla qualquer reforço de competências do Conselho Pedagógico e continua a apostar na figura do diretor – órgão unipessoal que concentra poderes de decisão que anteriormente pertenciam, e devem continuar a pertencer, a outros órgãos e atores escolares. Da análise das alterações propostas, ressalta a importância dada à questão da reorganização da rede, o que faz supor que a urgência desta iniciativa legislativa seja determinada por razões orçamentais e se prenda, sobretudo, com a necessidade de enquadrar juridicamente a criação de mega-agrupamentos em larga escala – organizações desumanizadas e pedagogicamente ingeríveis, que vão prejudicar seriamente as escolas e os alunos.

A perda de autoridade do professor, tão falada na sociedade, é uma realidade sem retorno possível? O que se passa? Os pais estão mais exigentes?

Infelizmente é uma realidade que se agravou nos últimos anos. Para isso muito contribuiu a campanha levada a cabo no consulado José Sócrates/Maria de Lurdes Rodrigues, de descredibilização e desautorização pública dos professores, com impacto muito negativo na sua imagem social. Se tem retorno? Nós acreditamos que é possível alterar essa situação, não no sentido de retorno ao passado, mas do reconhecimento da importância do trabalho que os professores desenvolvem e da dignidade social que lhes é devida.

O respeito pelos professores gera o respeito pela função que exercem e, por isso, a UNESCO tem vindo a sublinhar que a dignificação da profissão docente é condição indispensável para uma educação e um ensino de qualidade. Quanto aos pais, a questão não será se estão mais ou menos exigentes. Note-se que também há uma perda de autoridade dos pais, a escola não é uma ilha isolada. Em nossa opinião, a escola e os professores só têm a ganhar com uma participação responsável e empenhada dos pais no acompanhamento da educação dos seus filhos, mas, em verdade, isso nem sempre acontece e, por vezes, é a própria atitude dos pais que contribui para a desautorização dos professores. Nesse aspeto ainda há muito caminho a fazer.

O Estatuto do Aluno é, na sua opinião, um mecanismo necessário ou mais burocracias para cumprir?

É um instrumento necessário porque são necessárias regras claras que vinculem todos. É verdade que, neste como noutros aspetos, a burocracia é um entrave à eficácia e celeridade dos processos, desgasta os professores, sobretudo os diretores de turma, com horas de trabalho suplementar na instrução de processos disciplinares e no preenchimento de papeladas inúteis, prejudicando uma atuação atempada e consistente por parte da escola na resolução de problemas.

Foi entretanto decidido que apenas os professores farão parte do conselho pedagógico. Pais e alunos ficam de fora. Como vê estas alterações?

Fomos surpreendidos com essa proposta e questionámos o MEC sobre a sua fundamentação. Não obtivemos qualquer resposta. As propostas da FENPROF para a direção e gestão democráticas das escolas que, diga-se, não estiveram em discussão neste processo “cirúrgico” de revisão, também preveem que o órgão de direção e coordenação pedagógica da escola seja

apenas constituído por professores. Porquê? Porque as competências que lhe atribuímos são de âmbito científico-pedagógico, são dos professores – a gestão do currículo e dos programas, a avaliação dos alunos, as atividades de complemento curricular, os apoios pedagógicos, a avaliação do desempenho dos professores, a organização dos planos de formação do pessoal docente...

No nosso entender, a participação dos pais deve acontecer no órgão de coordenação e orientação educativa da escola, onde, conjuntamente com professores, alunos e pessoal não docente, participam por direito próprio. A solução proposta pelo MEC parece-nos inconsistente, pois retira os pais e alunos do Conselho Pedagógico, mas não altera as suas competências e faz depender a participação destes atores de um eventual convite do diretor.

Fala-se muito de desânimo e desmotivação dos docentes. Os professores estão a baixar os braços?

Não propriamente a baixar os braços, porque isso significa desistência, mas diria que muitos estão cansados, desgastados, exauridos. Já referi o impacto negativo das medidas e da atitude da ex-ministra Maria de Lurdes Rodrigues, que os professores justamente sentiram como um ataque à sua dignidade profissional, e de que tardam a recuperar. Depois há os problemas que persistem: horários sobrecarregados, o agravamento de situações de indisciplina e violência, um modelo de gestão autoritário, a precariedade, a ameaça do desemprego, as sucessivas mudanças no sistema educativo, sem qualquer avaliação ou fundamentação... Isto para além dos problemas gerais, o aumento do custo de vida e dos impostos, o corte dos salários, o confisco dos subsídios de férias e de Natal, o congelamento das progressões... Enfim, não se pode dizer que estejamos perante um clima favorável e estimulante para o exercício de uma profissão que é reconhecidamente das mais exigentes e desgastantes. Esta é uma situação que nos preocupa mas à qual coletivamente temos que dar a volta.

O que espera deste Ministério da Educação e Ciência?

Infelizmente nada de positivo no sentido do que temos defendido: um investimento na educação, na ciência e na investigação, compatível com a sua importância estratégica para o desenvolvimento do país; a valorização da escola pública como garante essencial da democratização da educação; o reforço da gestão democrática das escolas e da qualidade da educação e do ensino que ela deve assegurar, para referir apenas os aspetos principais.



Sara R. Oliveira
(*Educare.pt*, 21.03.2012)



Nicolas Gemin | Wikipedia

Jane Birkin no Porto com SG

A intérprete de *Je t'aime... moi non plus* vai apresentar na Casa da Música (16 de maio, 21h) um novo espetáculo dedicado à música de Serge Gainsbourg – genial e controverso compositor que foi um dos principais responsáveis pela projeção da canção francesa no século XX.

Percorrendo géneros tão variados como a balada, o jazz, o rock, pop, reggae, funk e outros, SG esteve sempre atento à música que o rodeava e com a pena afiada em direção a temas tabu. Com Jane Birkin, viveu um romance lendário.

A cantora inglesa regressa frequentemente ao repertório que a celebrou. Desta vez, o reencontro faz-se ao lado de excelentes músicos japoneses que a acompanham desde há um ano, por ocasião do tsunami que atingiu o Japão.



Ana Brilhante

Educação estética e artística em Bragança

O Serviço Educativo do Museu Abade de Baçal está a desenvolver um programa dirigido à Educação Pré-Escolar e aos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, tendo como ponto de partida visitas dinamizadas e visitas-atelier às exposições temporárias e permanentes.

De acordo com a coordenadora do serviço, Ana Pereira, as visitas dinamizadas seguem uma metodologia aplicada a cada atividade, orientada por um educador do museu, e baseia-se no diálogo em frente à obra de arte, com participação ativa dos assistentes. A partir da visita, é fornecido material didático (caderno de arte e réplicas de obras) ao docente responsável, permitindo-lhe continuar o trabalho na sala de aula. Quanto às visitas-atelier incluem sessões em oficinas de artes plásticas criativas (em maio, ligadas à tapeçaria de Portalegre) – nesta variante, o MAB oferece sessões nas escolas através do programa *O Museu vai à Escola*, concebido de modo a que os docentes tenham um papel dinamizador e os alunos participem através do jogo e da descoberta.

Mais informações e/ou marcação de visitas através do telefone (273 332 802) ou por correio eletrónico (mabadebacal@imc-ip.pt).



SEM PINGO DE VERGONHA

No 25 de Abril vi, pela televisão, uns personagens de ar matreiro a empunharem telemóveis, e a rirem das mensagens trocadas, enquanto o deputado Agostinho Lopes intervinha na comemoração oficial do Dia da Liberdade, na Assembleia da República. Olhei melhor, e era verdade: o Coelho, o Gaspar e o Relvas estavam mesmo na bancada do governo...

No 1º de Maio, passando à porta de um supermercado, fui atingido por um bruá infantil vindo do interior: oh mãe compra isto, oh mãe compra aquilo, oh mãe leva mais... E eu que pensava que o supermercado estava fechado por ser Dia Mundial do Trabalhador. Soube depois que esse supermercado deu um bodo aos pobres, vendendo-lhes as mercadorias a metade do preço habitual – desde que os pobres tivessem 100 euros para investir...

Li, há dias, do Eduardo Galeano, algo mais ou menos assim:

Dia após dia, nega-se às crianças o direito de serem crianças. O mundo trata os meninos ricos como se fossem dinheiro – para que se habituem a actuar como o dinheiro actua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo – para que se convertam em lixo. E aos do meio, aos que não são ricos nem pobres, mantém-nos atados à televisão – para que desde muito cedo aceitem como destino a vida prisioneira. Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças...

O que é que ainda não foi feito? O que havemos de fazer para mudar o que somos?

António Baldaia



nesta edição

02. a abrir
O 25 de abril máis presente ca nunca
- editorial
03. **Combater a desigualdade e a inevitabilidade para resgatar Abril**
- acção sindical
04. **Dos nossos medos nascem as nossas coragens**
06. **Professores ganharam com exigência da Fenprof**
08. **Mega-agrupamentos: a “poupança” na rede escolar**
09. **Gondomar recomenda outra regulação política**
10. **CGs de Gaia indignados com DREN**
Grijó manifestou descontentamento
- notícias spn
11. **SPN30: iniciativas**
Que Escola para o século XXI?
Educação, República e Maçonaria
+ SPN NO OLIMPO
12. **Agenda sindical março/abril**
13. **SPN em Benguela**
- vemos, ouvimos e lemos
14. **Professores estão cansados, desgastados, exauridos...**
- apostas spn
30. **Jane Birkin no Porto com SG | Educação estética e artística em Bragança**
- a fechar
31. **Sem pingó de vergonha**